



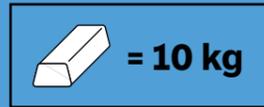
AGOSTO / 2024

COMÉRCIO DE OURO NA EUROPA: um negócio arriscado

INSTITUTO
ESCOLHAS



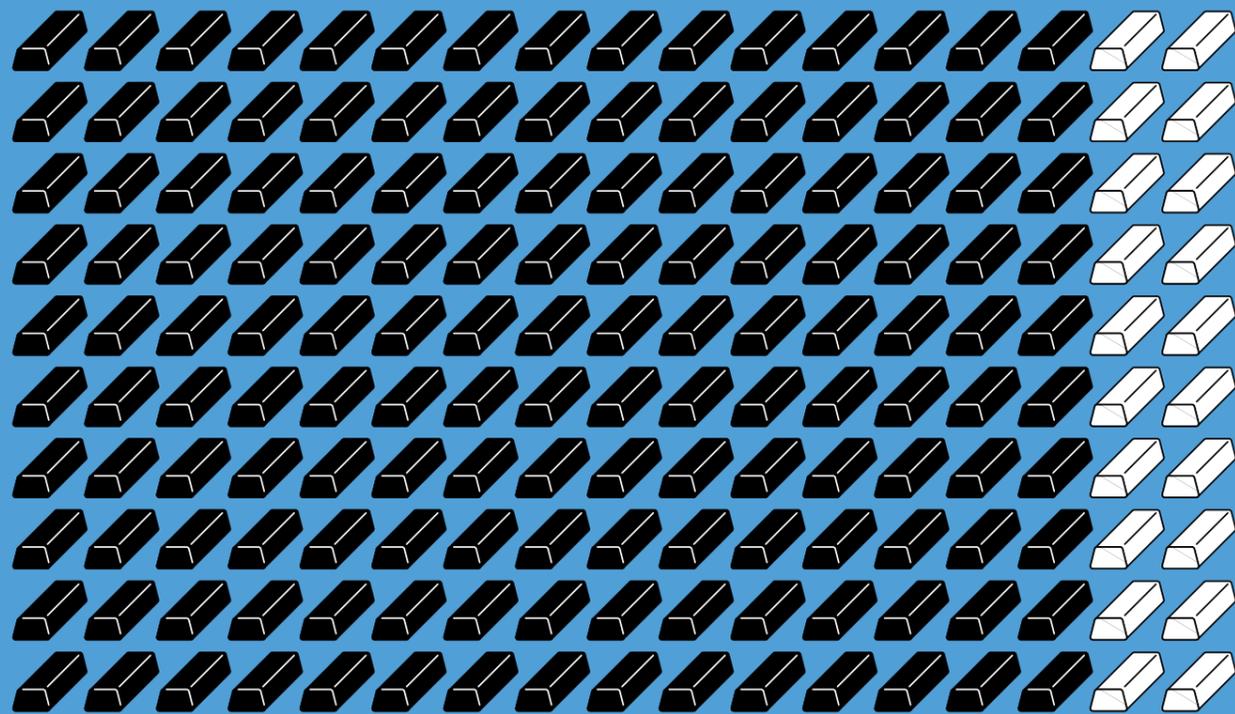
Comércio de ouro na Europa: um negócio arriscado



Em 2023, a União Europeia importou, no total, cerca de **1,7 tonelada de ouro do Brasil**



equivalente a **99 milhões** de dólares



1,5 tonelada saiu de áreas expostas a um alto risco de ilegalidade.



equivalente a **93 milhões** de dólares



do ouro que a União Europeia importa do Brasil está exposto a um **alto risco de ilegalidade.**

ALEMANHA

Importou do Amazonas **1.289 quilos** de ouro, avaliados em 78 milhões de dólares



100% do comércio exposto ao risco

ITÁLIA

Importou do Pará e de São Paulo **254 quilos** de ouro, avaliados em 15 milhões de dólares



71% do comércio exposto ao risco

REPÚBLICA TCHECA

Importou de São Paulo **menos de 1 quilo** de ouro, avaliado em 1.920 dólares



100% do comércio exposto ao risco



O Brasil exportou um total de 68 toneladas de ouro, avaliadas em **3,5 bilhões** de dólares.



O Brasil é o **14º maior produtor** de ouro no mundo¹.



54% da produção brasileira de ouro apresenta sinais de ilegalidade².

1. World Gold Council. Disponível em: <<https://www.gold.org>>. Último acesso em 24 de junho de 2024.

2. Instituto Escolhas (2022). Ouro com indícios de ilegalidade bate recorde e ultrapassa 50 toneladas. Disponível em: <https://escolhas.org/wp-content/uploads/2022/12/Onepage_Raio-X-Ouro.pdf>.

94% das importações europeias de ouro brasileiro estão expostas a um alto risco de ilegalidade



3.
De acordo com os registros da Agência Nacional de Mineração.

Em 2023, países da União Europeia — Alemanha, Itália, República Tcheca e Portugal — importaram um total de 1,7 tonelada de ouro do Brasil, avaliada em 99 milhões de dólares (Tabela 1). No entanto, desse montante, 1,5 tonelada, avaliada em 93 milhões de dólares (94% do total), está exposta a um alto risco de ilegalidade (Tabela 2).

Isso porque esse ouro veio dos estados do Pará e do Amazonas, onde predomina a produção a partir de lavras garimpeiras³, e do estado de São Paulo, que não produz ouro, mas funciona como uma “porta de saída” para o ouro das áreas de garimpo. Nessas regiões, já foram identificados fortes indícios de ilegalidade na extração de ouro e a comprovação de origem do metal é, ainda, extremamente difícil.

Com isso, impõe-se uma questão para os países da União Europeia que comprem ouro brasileiro: suas leis e práticas corporativas para a devida diligência em suas importações são eficazes e suficientes para garantir que o ouro adquirido não é ilegal?

Alemanha, Itália, República Tcheca e Portugal importaram do Brasil

1,7 tonelada de ouro

EXTRAÇÃO ILEGAL DE OURO EM TERRAS INDÍGENAS AUMENTOU 6 VEZES

O Brasil é o 14º maior produtor de ouro do mundo, sendo a maior parte da produção destinada à exportação e tendo a União Europeia como um dos principais mercados (Tabela 1). No entanto, 54% da produção brasileira de ouro apresenta graves indícios de ilegalidade, principalmente na região da Amazônia⁴. Situação que desafia os países que compram ouro do Brasil e, ao mesmo tempo, querem assegurar um comércio responsável.

A questão se mostra particularmente problemática no Brasil porque:

- i. O volume de ouro extraído ilegalmente é enorme:** a extração ilegal é crescente, especialmente em territórios indígenas na Amazônia, e leva à destruição ambiental, à contaminação por mercúrio e à violação de direitos humanos.
- ii. É difícil comprovar a origem do ouro comercializado:** o mercado do ouro de garimpos funciona com muitos intermediários, dificultando a rastreabilidade do metal e, conseqüentemente, a devida diligência para verificar sua origem e legalidade.

Na última década (2012-2022), a extração ilegal de ouro dentro de Terras Indígenas no Brasil aumentou mais de seis vezes. Em 2012, a área ilegal já ocupava 3.459 hectares dentro desses territórios e, ao final de 2022, chegou a 22.637 hectares (Gráfico 1). As Terras Indígenas mais afetadas são a Kayapó (13.775 hectares) e a Munduruku (5.464 hectares⁵), ambas no estado do Pará, e a Yanomami (3.278 hectares), em Roraima e no Amazonas.

Além disso, o mercúrio — metal altamente tóxico, utilizado para separar o ouro de outros materiais — é amplamente empregado pelas operações garimpeiras. Entre 2018 e 2022, o Brasil pode ter usado 185 toneladas de mercúrio ilegal na extração de ouro por garimpos⁶. Uma bomba relógio para o meio ambiente e para a saúde dos brasileiros, particularmente aqueles que dependem dos rios amazônicos para sobreviver, como comunidades indígenas e ribeirinhas.

Outro fato preocupante é o desmatamento causado pela mineração na Amazônia brasileira, que chegou a 69.331 hectares entre 2015 e 2023. Apesar das variações anuais, a tendência de aumento é clara (Gráfico 2).

4. Instituto Escolhas (2022). Ouro com indícios de ilegalidade bate recorde e ultrapassa 50 toneladas. Disponível em: <<https://escolhas.org/wp-content/uploads/2022/12/Onepage-Raio-X-Ouro.pdf>>.

5. No território Munduruku, a área de extração ilegal abrange tanto a exploração de ouro quanto de estanho.

6. Instituto Escolhas (2024). De onde vem tanto mercúrio? Disponível em: <https://escolhas.org/wp-content/uploads/2024/06/SUMARIO_MERCURIO_Final.pdf>.



ALERTA MÁXIMO PARA OS IMPORTADORES

Países e empresas que compram ouro de garimpos no Brasil precisam estar bastante atentos, pois é muito difícil rastrear a origem do metal. O ouro dos garimpos circula de mão em mão e entre diferentes empresas antes de chegar aos mercados internacionais. Por isso, os processos de devida diligência e as políticas de ‘conheça seu fornecedor’ são – para dizer o mínimo – prejudicados nesse contexto.

Diferentemente do ouro extraído por empresas mineradoras, que pode ser vendido diretamente das minas, aquele extraído dos garimpos percorre uma complexa cadeia de intermediários até chegar a seu destino. Por lei, esse ouro precisa ser vendido primeiro para instituições financeiras, autorizadas pelo Banco Central a operar no comércio de ouro. Essas instituições compram ouro de inúmeros garimpos – às vezes, centenas – e o revendem a outras empresas que, então, realizam as exportações.

Para complicar ainda mais as coisas, as pessoas envolvidas na indústria do garimpo – como mineradores, cozinheiras, pilotos de avião, vendedores de combustível etc. – geralmente são remuneradas em ouro e, por isso, utilizam o metal como moeda paralela nas zonas de garimpo. Consequentemente, ao sair do garimpo de onde foi extraído, o ouro circula de mão em mão antes que alguém, finalmente, o venda para uma instituição financeira autorizada. Com tantos intermediários, é quase impossível determinar a origem exata desse ouro.

Nesse contexto, como os importadores conseguirão realizar a devida diligência e garantir a origem do ouro que estão comprando?



Com tantos intermediários, é quase impossível determinar a origem exata do ouro que sai dos garimpos.

A lei europeia sobre minerais de áreas de conflito

Desde 1º de janeiro de 2021, está em vigor na União Europeia a chamada Lei de Minerais de Conflito. Ela estabelece que importadores europeus devem realizar a devida diligência ao comprar ouro, estanho, tântalo e tungstênio em áreas de conflito ou de alto risco.

A lei não obriga, no entanto, a devida diligência detalhada para todas as importações, deixando de fora outras áreas, o que abre lacunas nos controles. Além disso, os controles se aplicam apenas às importações que atingem um volume anual mínimo (100 quilos para o ouro), algo que pode ser contornado por comerciantes que queiram evitar a fiscalização. Também falta transparência sobre o cumprimento da lei, pois não há informações públicas sobre quem são as empresas importadoras na União Europeia, nem de onde compram seus minerais e metais.

Em outubro de 2023, 20 organizações não governamentais, incluindo o Instituto Escolhas, assinaram uma declaração pedindo à União Europeia o aumento na fiscalização e a adoção de novas medidas para tornar o regulamento mais eficaz. No entanto, ainda há dúvida sobre a real disposição da União Europeia para melhorar as regras e garantir um comércio responsável.

Hoje, seus países membros continuam comprando ouro em regiões do Brasil onde há registros de extração ilegal dentro de Terras Indígenas e violações de direitos humanos e fragilidades na comprovação de origem do metal.

7. Regulation (EU) 2017/821 of the European Parliament and of the Council of 17 May 2017 laying down supply chain due diligence obligations for Union importers of tin, tantalum and tungsten, their ores, and gold originating from conflict-affected and high-risk areas. Official Journal of the European Union, L 130, 19 May 2017. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=OJ:L:2017:130:TOC>>.

8. Joint NGO Statement: EU Conflict Minerals Regulation Failing to Reach Its Goals. 19 de outubro de 2023. Disponível em: <https://ipsisresearch.be/wp-content/uploads/2023/10/20231019_Joint-NGO-statement_EU-Conflict-Minerals-Regulation-failing-to-reach-its-goals_.pdf>. Último acesso em 24 de junho de 2024

Já passou da hora da Europa fazer sua parte

Em 2023, o Brasil adotou muitas medidas importantes para combater a extração ilegal de ouro e a violação de direitos humanos⁹. Agora, os governos e as empresas europeias precisam agir se quiserem, de fato, garantir um comércio responsável no setor mineral. E, para isso, devem conseguir responder às questões ao lado:



DE QUE MINA VEM O SEU OURO?



QUEM GARANTE A ORIGEM DO METAL? COMO?

Sem essas informações, não é possível garantir uma compra responsável. E para mover o comércio nessa direção, as seguintes medidas precisam ser implementadas:

- A. **Todos os importadores** devem rastrear as minas de origem de suas compras.
- B. Todos os importadores devem **disponibilizar publicamente** informações sobre as minas de origem de suas compras e os nomes e as localidades de seus fornecedores.
- C. Processos robustos de devida diligência devem ser realizados sempre, para todas as importações, independentemente do país de origem e do volume importado.
- D. Os países devem **disponibilizar publicamente** os nomes dos importadores europeus de ouro (bem como de estanho, tântalo, tungstênio e seus minérios).
- E. Os reguladores europeus e as autoridades competentes devem se engajar com governos locais e grupos da sociedade civil para avaliar melhor os riscos envolvidos no comércio.

9. Em março de 2023, a Receita Federal do Brasil estabeleceu notas fiscais eletrônicas para as transações com ouro de garimpos, melhorando as condições de fiscalização. Em abril de 2023, o Supremo Tribunal Federal decidiu que as operações de compra e venda de ouro de garimpos não poderiam mais estar baseadas apenas na boa fé dos envolvidos, trazendo-lhes responsabilidade. Atualmente, o Congresso Nacional está avaliando projetos de lei para introduzir mecanismos de rastreabilidade de origem para o ouro no país.

Tabela 1. Exportações Brasileiras de Ouro (2023)

Destino	Exportações em Dólares	Exportações em Quilos
Canadá	1.605.255.956	30.707
Suíça	696.082.770	14.132
Reino Unido	442.356.604	7.240
Índia	260.902.190	4.775
Emirados Árabes Unidos	206.875.099	3.916
Estados Unidos	150.986.273	5.036
Alemanha	78.190.583	1.289
Turquia	24.271.447	456
Itália	21.222.889	356
China	77.954	1
Israel	35.753	1
República Tcheca	1.920	0
Portugal	483	20
Peru	299	0
Total	3.486.260.220	67.929

Fonte: elaboração própria com base em dados do Comex Stat¹⁰.

Tabela 2. Exportações Brasileiras de Ouro para a União Europeia por Estados de Origem (2023)

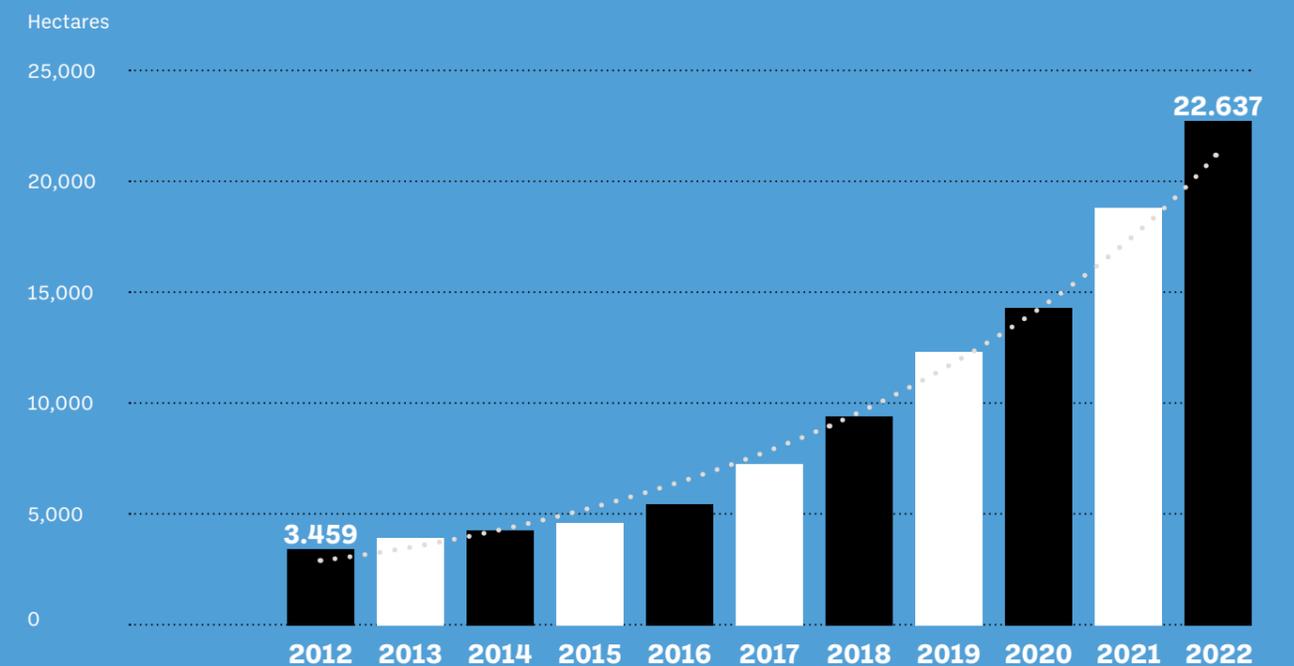
Destino / Origem	Exportações em Dólares	Exportações em Quilos
Alemanha	78.190.583	1.289
Amazonas	78.190.583	1.289
Exposto a um alto risco	78.190.583	1.289
Itália	21.222.889	356
São Paulo	9.444.850	160
Pará	5.698.174	94
Amapá	4.966.307	82
Goiás	1.113.558	20
Exposto a um alto risco	15.143.024	254
República Tcheca	1.920	0
São Paulo	1.920	0
Exposto a um alto risco	1.920	0
Portugal	483	20
Goiás	483	20
Exposto a um alto risco	0	67.0
Total	99.415.875	1.665
Exposto a um alto risco	93.335.527	1.543

Fonte: análise própria com base em dados do Comex Stat¹¹. Nota: Importações do Pará e Amazonas são consideradas de alto risco pois a produção de ouro destes estados é inteiramente ou predominantemente baseada em lavras garimpeiras, de acordo com os registros da Agência Nacional de Mineração. As exportações de São Paulo também são de alto risco, pois o estado não produz ouro, atuando como uma porta de saída para o ouro das áreas de garimpo.

10. Dados do Comex Stat. Disponível em: <<https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Último acesso em 24 de junho de 2024.

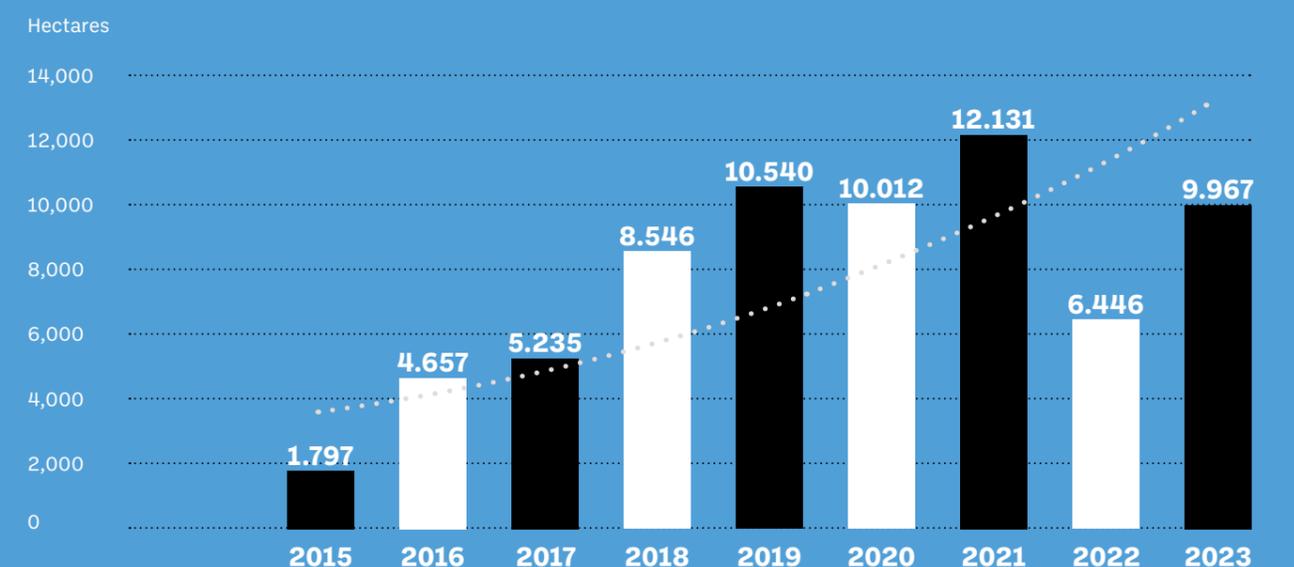
11. Dados do Comex Stat. Disponível em: <<https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Último acesso em 24 de junho de 2024.

Gráfico 1. Extração Ilegal de Ouro Dentro de Terras Indígenas no Brasil (hectares)



Fonte: elaboração própria com base nos dados do Projeto MapBiomias¹².

Gráfico 2. Desmatamento na Amazônia Causado pela Mineração (hectares)



Fonte: elaboração própria com base nos dados do INPE¹³.

12. Dados do Projeto MapBiomias, Mineração (Coleção 8). Disponível em: <<https://brasil.mapbiomas.org/estatisticas>>. Último acesso em 24 de junho de 2024.

13. Dados do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Plataforma Terra Brasilis, DETER (avisos). Disponível em: <<https://terrabilis.dpi.inpe.br>>. Último acesso em 24 de junho de 2024.

Realização



Número ISBN

978-65-86405-55-2

Pesquisa e texto

Larissa Rodrigues

Revisão

**Cynthia Sento Sé,
Rafael Giovanelli
e Sergio Leitão**

Como citar

Instituto Escolhas. **Comércio de ouro na Europa: um negócio arriscado**. São Paulo, 2024.

ESCOLHAS.ORG

Siga o Instituto Escolhas



Licença Creative Commons

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons

Atribuição-NãoComercial
4.0 Internacional.